



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2024.

(Do Sr. Pedro Paulo)

Requer a realização de audiência pública com o Secretário do Tesouro Nacional, o Secretário de Orçamento Federal, e o Secretário da Receita Federal, para discutir sobre o resultado do primeiro relatório de avaliação de receita e despesa.

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 24, III, 255 a 258, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário, sejam convidados, **no dia 26 de março de 2024**, para discutir sobre o resultado do primeiro relatório de avaliação de receita e despesa:

- Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Rogério Ceron;
- Secretário de Orçamento Federal, Sr. Paulo Bijos; e
- Secretário da Receita Federal, Sr. Robinson Barreirinhas.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, a imprensa noticiou informação do Exmo. Sr. Secretário do Tesouro Nacional de que a tendência do resultado primário para 2024 se mantenha dentro da banda de tolerância da meta, demonstrando o esforço para a estabilização da dívida.

Ocorre que, apesar da LOA 2024 projetar uma receita primária de R\$ 2.192 bilhões para o exercício (líquida de transferências), ante uma despesa primária de R\$ 2.182,9 bilhões (após vetos presidenciais), resultando em um resultado primário superavitário, de R\$ 9,1 bilhões, o cenário base de um estudo realizado pela Consultoria de Orçamento da Câmara - CONOF traz resultado distinto. Segundo o estudo, estima-se que a probabilidade de alcance de resultado nulo é pouco superior a 30%, e a de déficit de até R\$ 28,8 bilhões, em torno de 38%.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Nesse sentido, as projeções atuais da CONOF indicam uma necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira da ordem de R\$ 41 bilhões, de maneira a observar o déficit máximo admitido para o presente exercício (R\$ 28,8 bilhões ou 0,25% do PIB).

Assim, espera-se que as autoridades convidadas para a audiência pública possam esclarecer as premissas utilizadas na elaboração das projeções fiscais, em especial, das medidas legais e infralegais com relação à trajetória das receitas e despesas primárias. Diante disso, conto com o dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 14 de março de 2024.

Deputado PEDRO PAULO
(PSD-RJ)

